

Plenário deve votar na terça limite de gastos para câmaras

A votação da PEC Paralela dos Vereadores, que limita os gastos com as câmaras municipais, foi remarçada para a próxima terça-feira. A proposta deveria ter sido examinada quarta-feira, mas, com quórum insuficiente, Marconi Perillo, na presidência dos trabalhos, incluiu a matéria como o primeiro item da pauta da próxima sessão deliberativa. A aprovação da proposta é consenso entre os líderes partidários. **2**



José Cruz

Suplentes de vereadores fazem manifestação no Plenário do Senado

Papaléo Paes (E) se pronuncia na reunião da CPI que aprovou várias iniciativas. Magno Malta presidiu a sessão



Waldemir Barreto

CPI quer urgência para projetos contra pedofilia

Duas propostas de autoria da comissão agravam penas e uma terceira acaba com a prescrição de crimes contra crianças

Os três projetos de lei serão votados com urgência em Plenário, conforme requerimento aprovado na CPI da Pedofilia. Uma das propostas determina que a criança ou o adolescente vítima de abuso poderão

apresentar denúncia no momento em que se sentir em condições de fazê-lo, independentemente da idade que tiver. A CPI também fará sindicâncias no Amazonas, Pará e Roraima para investigar denúncias de abusos. **4**

Impasse adia pela terceira vez CPI da Petrobras

A CPI da Petrobras está mergulhada em um impasse: pela terceira vez sua instalação foi adiada. Na quarta-feira, os opositores compareceram à reunião presidida pelo senador Paulo Duque, que constatou

falta de quórum, causada pela ausência dos governistas. Para dar número regimental à instalação, a base de apoio ao Palácio do Planalto insiste em retomar a relatoria da CPI das ONGs, hoje nas mãos do líder do PSDB,

Arthur Virgílio. Como consequência da disputa, também a CPI das ONGs não conseguiu se reunir na quarta-feira. Virgílio convocou reunião com os opositores para discutir uma estratégia. **3**



Waldemir Barreto

José Agripino (E), Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio e Alvaro Dias tentam instalar a CPI da Petrobras, mas Paulo Duque (foto à dir.) verifica que não há quórum para dar início aos trabalhos



Waldemir Barreto

Inscrição gratuita para candidatos carentes

Quem ganha até dois salários mínimos pode ficar isento de taxa de concursos, segundo projeto aprovado pela Comissão de Justiça. **5**

Punição rigorosa para venda de anabolizantes

Comissão de Justiça do Senado aprova pena de reclusão de dois a cinco anos para quem fornece substâncias ilegais. **5**

Ratificado acordo contra pena de morte

Documentos internacionais acolhidos pelo Senado eram recomendados pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU. **2**

Economia de R\$ 1,4 bilhão é esperada com a aprovação de proposta de emenda constitucional que deixou de ser examinada na quarta-feira por falta de quórum

Limite de gastos das câmaras municipais será votado terça

FICOU PARA A próxima terça-feira a votação da PEC Paralela dos Vereadores, que limita os gastos das prefeituras com as câmaras municipais. A proposta deveria ter sido apreciada quarta-feira, mas, em virtude de haver apenas 45 senadores em Plenário (o quórum para aprovação de proposta de emenda constitucional é de 49), os parlamentares decidiram adiar a votação.

Na presidência da sessão, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), determinou à Mesa que incluisse a PEC Paralela dos Vereadores como o primeiro item da pauta de terça-feira. Marconi defendeu a aprovação da proposta, ao destacar que ela vai gerar um corte de R\$ 1,4 bilhão nos gastos das câmaras.

Vários senadores apoiaram, em Plenário, a aprovação da matéria, o que já é consenso entre os líderes partidários. Eles chegaram a formalizar um acordo em defesa da aprovação. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que antes se posicionou

contrário à proposta, disse que mudou de ideia depois de alterações no teor original da PEC, entre elas a que reduz os gastos com as respectivas câmaras.

Limites

A proposta, de César Borges (PR-BA), foi acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na forma de substitutivo, tendo como relator Valter Pereira (PMDB-MS). O texto final é resultado da análise de duas emendas que haviam sido apresentadas em Plenário durante a discussão da matéria.

A PEC 47/08 é resultado de desmembramento de um dos artigos da PEC 20/08, que aumenta o número de vereadores e se encontra tramitando na Câmara dos Deputados. Se aprovada pelos senadores, a proposta paralela será enviada ao exame dos deputados.

Segundo estudo encomendado por Valter Pereira à Consultoria do Senado, o total de despesas das câmaras, entre 1999 e 2007, passou de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 6,9 bilhões. Mas

o aumento não foi linear: em São Paulo, por exemplo, houve corte de despesa real em 36% nesse período, enquanto no Rio ocorreu acréscimo real de 63%.

Os municípios de até 10 mil habitantes – que representam quase metade das cidades brasileiras – apresentaram elevação de despesa da ordem de 50% no mesmo período, conforme o estudo.

– Um crescimento real na faixa de 50%, em um período de oito anos, sinaliza um aumento de despesa muito forte, considerando as limitações institucionais dessas casas legislativas – afirmou Valter Pereira.

Ajustes

As estimativas anteriores indicavam que a PEC proporcionaria uma economia de R\$ 1,8 bilhão nos gastos das câmaras municipais. Depois de longas negociações de Valter Pereira com representantes de vereadores e senadores, que resultou em novos ajustes na proposta, estima-se agora que os cortes deverão somar R\$ 1,4 bilhão.



Além de aprovarem acordo internacional, senadores discutiram proposta que trata do uso médico de radioisótopos

Ratificado pacto internacional contra pena de morte

O Plenário aprovou, na quarta-feira, projeto de decreto legislativo – referendado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – que acolhe dois protocolos facultativos ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com vistas à abolição da pena de morte. O primeiro desses documentos foi adotado em 16 de dezembro de 1966 e o segundo, em 15 de dezembro de 1989. A matéria vai agora a promulgação.

O projeto (PDS 139/08) teve como relator na CRE o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Na exposição de motivos que acompanhou o documento presidencial, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informou que o Brasil não aderiu aos dois protocolos facultativos quando da integração ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do qual passou a fazer parte em 24 de janeiro de 1992, no contexto do retorno ao regime democrático.

A aceitação dos protocolos facultativos passou, daquela data em diante, a ser insistentemente

recomendada pelo Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse atraso na adesão ao documento internacional é injustificável, segundo o relator, pois há tempos que o ambiente político e o consenso jurídico permitem a aprovação desses tratados.

– É sempre conveniente e oportuna a adesão aos instrumentos internacionais de promoção dos direitos humanos, como forma de revigoramento dos compromissos nacionais com os direitos fundamentais e de exemplo aos regimes que se obstinam em não aderir aos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos – afirmou Cristovam.

O primeiro protocolo facultativo prevê a competência do Comitê de Direitos Humanos da ONU para receber e examinar petições individuais – em caráter subsidiário, como de praxe –, após o esgotamento dos recursos internos, ressalvados os casos de demora injustificada,

o que também faz justiça a um dos propósitos da Emenda Constitucional 45/04.

O segundo protocolo, para abolição da pena de morte, conforme explicou o relator, é redundante com as normas constitucionais e com suas cláusulas pétreas, sobretudo ao permitir a aplicação da pena capital em tempo de guerra, em razão de condenação por infração penal de natureza militar de extrema gravidade.

Radioisótopos

Na sessão plenária de quarta-feira, transcorreu a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 100/07) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que autoriza a produção, comercialização e utilização de materiais radioativos para uso médico (radioisótopos), com objetivo de excluí-los do regime de monopólio estatal. Com isso, pretende-se melhorar a distribuição desses materiais essenciais para diagnóstico e tratamento de doenças.

Garibaldi alerta para perdas na remuneração do FGTS

Ao alertar para as perdas registradas na remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no último ano, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse na quarta-feira, da tribuna, que a sociedade deve manter uma atenção especial na administração do fundo, que “é um patrimônio do trabalhador brasileiro”.

Segundo o senador, o FGTS tem duas missões fundamentais. A primeira, amparar o trabalhador em momentos críticos de sua vida, como em situações de perda do emprego. A segunda missão do FGTS, conforme observou, é propiciar investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura, que resultam em melhoria da qualidade de vida da população.

Garibaldi afirmou ser funda-



Fotos de Gerardo Maggelo

Recursos devem ser aplicados nas áreas previstas, afirma Garibaldi

mental que os recursos do FGTS sejam aplicados, efetivamente, nas áreas previstas, impedindo-se derivações que o canalizem para outros setores. Ele defendeu a revisão dos indicadores que remuneram o fundo, para que esse não fique atrelado a índices que não chegam, sequer, a repor as perdas inflacionárias.

Gilvam questiona valor de repasse do FPM para Macapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) comunicou em Plenário, na quarta-feira, que solicitou audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, para questionar a desigualdade no recebimento de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre Boa Vista e Macapá. De acordo com o parlamentar, nos quatro primeiros meses deste ano, a capital de Roraima recebeu quase R\$ 70 milhões, enquanto a capital amapaense fez jus a menos de R\$ 30 milhões.

O representante do Amapá afirmou que, embora Macapá



Boa Vista, com população menor, recebeu o dobro, diz Gilvam Borges

tenha uma população de 359 mil pessoas e Boa Vista abrigue 261 mil habitantes, ambas receberam o mesmo coeficiente (2,80) para repasses do FPM.

Augusto pede redução no preço dos combustíveis em Roraima

Augusto Botelho (PT-RR), em discurso na quarta-feira, comemorou a redução nos preços dos combustíveis no Brasil, especialmente o do óleo diesel, mas questionou o governo federal sobre “os motivos que levam os motoristas de estados da Amazônia a pagarem mais para abastecer seus carros”.

De acordo com o senador, pesquisas feitas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que o preço médio do litro de gasolina nos postos do país é de R\$ 2,649. Porém, nos estados da região Norte, a gasolina custa mais: em média R\$ 3,043 no Acre, R\$ 2,813 no Pará



Senador lamenta o fato de motorista da região Norte pagar mais por gasolina

e R\$ 2,759 em Roraima. Para minimizar o problema, Augusto Botelho sugeriu ao governo que autorize Roraima a importar gasolina da Venezuela.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS), João Pedro (PT-AM), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Adelmir Santana (DEM-DF).

CPI das ONGs não consegue se reunir

Nenhum senador apareceu na reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não Governamentais (ONGs) prevista para o início da tarde de quarta-feira, o que obrigou

seu presidente, Heráclito Fortes (DEM-PI), a determinar seu cancelamento.

Na reunião de terça-feira, quando deveriam ser votados diversos requerimentos de convocação e quebra de sigilo,

a base governista entrou em obstrução pelo fato de não conseguir reverter a indicação de Arthur Virgílio (PSDB-AM) para a relatoria da CPI, em substituição a Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pressionou para restabelecer a indicação de Inácio Arruda, mas Heráclito não reconheceu o questionamento feito por Jucá e confirmou Virgílio.

Sem governistas, CPI da Petrobras não se instala

Início de funcionamento da comissão de inquérito é adiado pela terceira vez e Arthur Virgílio convoca opositores para discutir estratégia

FOI ADIADA PELA terceira vez a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. Paulo Duque (PMDB-RJ), responsável por dirigir a reunião por ser o senador mais idoso do colegiado, apontou falta de quórum, mas franqueou a palavra aos demais presentes, todos da oposição.

Compareceram à reunião de quarta-feira os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), titulares da comissão, e o suplente Heráclito Fortes (DEM-PI). Também estavam presentes Romeu Tuma (PTB-SP) e José Agripino (DEM-RN), que não integram o colegiado.

Alvaro Dias afirmou ter esperança de que, na próxima semana, a comissão seja instalada. Caso isso não aconteça, ele prometeu tomar as medidas cabíveis, podendo ir até ao Supremo



Ao lado de Tuma (E), Paulo Duque constata a falta de quórum, dá a palavra aos presentes e, depois, encerra a reunião

Tribunal Federal como forma de preservar um direito da Minoria, a instalação da CPI.

O senador lamentou o fato de

o governo estar "usando pretextos", como a nomeação de Arthur Virgílio para o cargo de relator da CPI das ONGs, "para

não dar quórum às reuniões e, assim, adiar a instalação da CPI da Petrobras". Alvaro sinalizou que seria possível a oposição

Waldemar Barreto

pensar em abrir mão da relatoria da CPI das ONGs.

– Não queremos continuar fornecendo qualquer pretexto que impeça o funcionamento da CPI da Petrobras – disse.

Arthur Virgílio convocou a bancada opositorista, incluindo os líderes do PSDB da Câmara dos Deputados, para discutir a situação em um almoço, às 13h, na próxima terça-feira. O líder do PSDB pediu que nenhum senador tome qualquer atitude individual enquanto isso, e que todos pensem em conjunto para encontrar uma solução que seja melhor para a oposição.

– Devemos cobrar que as duas CPIs andem direito – frisou o senador.

Sérgio Guerra afirmou que, neste governo, a interferência política na Petrobras cresceu e se tornou uma prática banalizada, especialmente em setores com grandes orçamentos.



Líder do DEM afirma que oposição não dará "nenhum pretexto" ao governo contra CPI



Senador cita queda no preço do diesel e divulgação de problemas na Petrobras



Argumentos dos jornalistas sobre a divulgação de informações foram ouvidos, diz Mercadante



Senador ressalta que estudos do ministério incluem a Renda Básica de Cidadania

Agripino: comissão será instalada "custe o que custar"

O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou em Plenário que, "se houver necessidade", o seu partido e o PSDB farão entendimento para que "não haja nenhum pretexto" da base governista para impedir a instalação da CPI da Petrobras. Ele se referia à afirmação da base do governo de que essa comissão não é instalada porque o presidente e o novo relator da CPI das ONGs agora são da oposição.

– Vamos buscar então a solução para esse problema, para que nos próximos dias haja a instalação da CPI da Petrobras – disse.

Para Agripino, a CPI será instalada "custe o que custar" e a interferência do Palácio do Planalto interrompeu "um entendimento que vinha sendo montado com muita elegância, muito espírito público e muito desejo de preservar o patrimônio nacional chamado Petrobras". Ele afirmou que "todo o Brasil quer saber" o que há de errado na maior empresa estatal do país.

No mesmo pronunciamento, o senador contestou informações de matéria da revista *IstoÉ*, segundo a qual ele não teria interesse na CPI da Petrobras por causa de *royalties* a que teria direito a empresa Fazenda São João, da qual é herdeiro.

Alvaro afirma que criação da CPI já produziu resultados

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a CPI da Petrobras, mesmo sem ter sido ainda instalada, já produz resultados. Ele observou que grande parte da população, que não tinha conhecimento de irregularidades na empresa, delas já tomou ciência, apenas por ter visto a luta que se trava por sua instalação. Além disso, atribuiu o recente anúncio de redução do preço do diesel à repercussão gerada pela criação da CPI.

Alvaro Dias lamentou o fato de os integrantes dos partidos que dão sustentação ao governo novamente terem faltado à reunião para a instalação da comissão. Criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter atacado a criação da CPI num primeiro momento, depois passando a defender sua ocupação pelos parlamentares governistas.

O representante do Paraná acusou o governo de lotear a Petrobras, colocando políticos em cargos que deveriam ser preenchidos pela competência técnica. Essa prática, para ele, "puxa para baixo a qualidade da administração de uma empresa que sempre teve como marca a qualidade de gestão".

– O que queremos com a CPI é a 'desprivatização' da Petrobras – afirmou.

Mercadante elogia criação de blog pela Petrobras

A Petrobras decidiu não mais divulgar antecipadamente, em seu *blog*, as perguntas encaminhadas por jornalistas com as respectivas respostas, afirmou Aloizio Mercadante (PT-SP). A divulgação agora ocorrerá somente no dia da publicação da matéria.

O senador aplaudiu a decisão da empresa de criar o *blog* "Fatos e Dados". Segundo ele, o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, dialogou e ouviu as ponderações dos jornalistas – que viam na divulgação antecipada das perguntas com as respostas uma quebra de exclusividade da informação obtida pelo meio de comunicação – e concordou em atendê-los.

Mercadante leu nota que foi divulgada no próprio *blog*, na qual a empresa informa que tem recebido apoio de milhares de internautas, inclusive da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa. Isso, continua a nota, "demonstra o acerto da decisão de se criar um canal de comunicação rápida e direta com o público, dedicado a apresentar fatos e dados recentes da Petrobras".

O senador disse considerar que o *blog* da empresa "é muito importante para o diálogo democrático no país".

Suplicy destaca reunião sobre os recursos do pré-sal

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou sua participação em reunião do Ministério da Fazenda em que se discutiu a destinação dos rendimentos provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal para a criação de um fundo educacional. De acordo com o senador, nos estudos do ministério foi levada em consideração a lei que institui a Renda Básica de Cidadania, iniciativa do próprio Suplicy.

Para que a Renda Básica seja implementada, explicou Suplicy, é necessária a criação do Fundo Brasil de Cidadania, que custeará o programa. Proposta nesse sentido (PLS 82/99) aguarda análise da Câmara.

O senador também registrou a publicação de artigos sobre o petróleo do pré-sal, de autoria do professor Antonio Barros de Castro, assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de Carlos Lessa, ex-presidente do banco. Suplicy ressaltou que ambos chamam a atenção para que o Brasil não dependa dos recursos abundantes, utilizando-os com racionalidade. "É necessário que tenhamos agora a visão de toda a população brasileira poder usufruir dos recursos naturais", avaliou.



José Nery: manifestantes cobravam o cumprimento de promessas

José Nery celebra libertação de ativistas do Pará

A libertação de Maria Edina Almeida Moreira, Roquevam Alves Silva, Odécio Monteiro Silva e Esmael Rodrigues Siqueira, ativistas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi celebrada por José Nery (PSOL-PA). Eles haviam sido detidos em 26 de abril perto da usina hidrelétrica de Tucuruí, quando reivindicavam o cumprimento, por parte da Eletronorte, de promessas que teriam sido feitas há 25 anos.

Segundo o senador, a construção de Tucuruí alagou quase 3 mil quilômetros quadrados e desalojou mais de 32 mil pessoas. Inúmeras famílias ainda não teriam recebido as indenizações e moram em favelas.

– Ironicamente, não contam nem com energia elétrica – protestou José Nery, que lembrou outra promessa não cumprida: a construção de eclusas para tornar navegável o rio Tocantins.



Roberto Cavalcanti propõe fim de cobrança de taxa sob condições

Isenção de foro para imóvel em terreno de marinha

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou ter apresentado projeto de lei para dar fim à cobrança de foro ou taxa de ocupação de imóveis localizados em terrenos de marinha, quando sobre eles recair a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Terrenos de marinha são bens da União e se localizam dentro de uma faixa de terra com 33 metros de largura, medida a partir da linha da preamar média de 1831, adjacente ao mar, rios e lagoas, no continente ou em ilhas, desde que no local ocorram marés.

Pelo projeto de Roberto Cavalcanti, para que os ocupantes tenham direito ao não pagamento do foro, algumas condições devem ser satisfeitas, tais como já estar no imóvel há cinco anos ou mais. Além disso, sobre o imóvel não devem existir débitos de taxas de ocupação, foros ou laudêmios.

Uma das propostas que serão examinadas pelo Plenário acaba com a prescrição de crime contra crianças e adolescentes: vítimas poderão fazer denúncia a qualquer tempo

CPI aprova urgência para projetos contra a pedofilia

TRÊS PROJETOS DE lei que tratam do crime de pedofilia serão votados com urgência em Plenário, conforme requerimento aprovado na quarta-feira na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Dois deles referem-se ao agravamento da pena para tais crimes e um terceiro trata do prazo de prescrição de crimes contra crianças e adolescentes. Os projetos são de autoria da comissão.

Quanto à prescrição de crimes contra crianças e adolescentes, a lei vigente determina que a pessoa vítima de abuso, após completar 18 anos, tem seis meses para denunciar abusos sofridos quando criança ou adolescente. De acordo com uma das propostas (PLS 234/09) apresentadas pela CPI da Pedofilia, caso a família não denuncie, a vítima poderá apresentar denúncia no momento em que se sentir em condições de fazê-lo, independentemente da idade que tiver.

Já o PLS 201/09 visa alterar os artigos 286 e 287 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40)



Ao lado de Papaléo Paes (E), Magno Malta preside reunião da CPI da Pedofilia

para agravar pena dos delitos de incitação e de apologia a crime. O PLS 177/09 também altera o Código Penal, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e as leis de Prisão Temporária (Lei 7.960/89) e de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), a fim de aumentar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor quando cometidos contra criança.

Sindicâncias

Por iniciativa de José Nery (PSOL-PA), a CPI da Pedofilia

fará sindicâncias nos estados do Amazonas, Pará e Roraima. A finalidade é investigar denúncias de abusos contra crianças e adolescentes.

No Pará, disse Nery, a prioridade será a ilha de Marajó, visando estimular ações para combater a miséria, que leva a população a concordar com situações de violência contra seus filhos. O senador informou que membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vão encaminhar carta manifestando apoio ao trabalho da comissão.

Criminalidade leva Brasil a posição desfavorável no IGP

Os índices de criminalidade registrados no Brasil voltaram a colocá-lo em posição desfavorável na apuração do Índice Global da Paz 2009 (IGP) pelo Institute for Economics and Peace, organização de pesquisa independente, sem fins lucrativos, dedicada à promoção do interrelacionamento entre negócios, a paz e o desenvolvimento econômico. O fato foi levado na quarta-feira ao Plenário pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), revelando que o IGP 2009 colocou o Brasil no 85º lugar entre os 144 países avaliados.

De acordo com o parlamentar, o pior posicionamento do país foi apresentado em relação ao número de homicídios por grupo de 100 mil habitantes.

Atualmente, a média nacional é de 27 homicídios por 100 mil habitantes, embora o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, publicado em 2008 pela Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura aponte a cidade de Colniza (MT) como recordista nessa modalidade de crime (165,3 mil homicídios por 100 mil habitantes), seguida por Recife, com taxa de 91,2 homicídios por 100 mil habitantes, e Vitória, com 78,5 homicídios por 100 mil habitantes.

Demostenes assinalou que, pelo IGP 2009, o Brasil encontra-se atrás do Chile, país sulamericano mais bem posicionado nesse ranking (20º lugar); da Bolívia (81º lugar), “que vive enorme instabilidade política”; do Peru



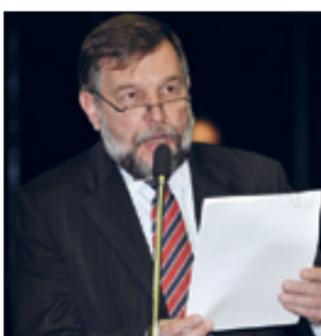
Demostenes: Brasil se encontra em 85º lugar entre 144 países avaliados

(79º lugar), “notório produtor de cocaína”; e do Paraguai (73º lugar), “conhecido como maior exportador mundial de maconha”. Só não conseguiu ser superado pela Colômbia, “maior centro de produção e distribuição de cocaína, que vive dolorosa guerra civil contra as Farc”, e da Venezuela, “nação que se afasta da democracia e possui um governante para lá de celerado”.

Arns propõe voto de aplauso para docentes

Flávio Arns (PT-PR) propôs que o Senado envie voto de aplauso ao reitor e a professores da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, pelo trabalho realizado em parceria com órgãos brasileiros de apoio a jovens infratores. A homenagem é extensiva ao reitor e a docentes da Universidade Federal do Paraná (UFPR); ao ministro Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e também à secretária da Criança e da Juventude do Paraná, Thelma Alves de Oliveira.

O senador explicou que o voto de aplauso é um reconhecimento pelo trabalho que o Instituto Interamericano de



Arns: trabalho de parceria visa fazer mapeamento sobre jovem infrator

Justiça Juvenil da Universidade do Texas tem desenvolvido junto com organizações não governamentais, universidades e o poder público brasileiros,

com objetivo de apoiar ações voltadas ao jovem em conflito com a lei no Brasil.

O trabalho de parceria, observou Arns, pretende estabelecer mapeamento a respeito do jovem infrator e visa à consolidação de diálogos sobre possíveis projetos de colaboração.

– Considerando que a delinquência juvenil desponta como um dos mais graves riscos à sociedade brasileira, cabe-nos enaltecer e incentivar iniciativas como essa, que muito podem contribuir com o desenvolvimento sadio e participativo de nossos jovens, que poderão assim ocupar o espaço que lhes é cabido em todos os contextos.



Mário Couto espera aprovação de projeto até o fim deste mês

Mário Couto pede regulamentação para mototaxista

Mário Couto (PSDB-PA) pediu à Mesa do Senado que assegure a continuidade da tramitação do projeto que regulamenta a profissão de mototaxista e motoboy no transporte de passageiros e em entregas comunitárias de rua. Em discurso na quarta-feira, ele disse esperar que, antes do fim de junho, a proposição seja votada pelo Plenário.

No último dia 3, após muitas audiências públicas e debates, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu o parecer de Expedito Júnior (PR-RO) ao projeto (PLS 203/01). O projeto deverá ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na próxima quarta-feira, conforme informou a presidente do colegiado e relatora da matéria, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que adiantou voto favorável à aprovação.

Mão Santa homenageia os militares

Mão Santa (PMDB-PI) agradeceu a medalha da Grande Cruz da Ordem do Mérito Naval, a maior comenda da Marinha, recebida por ele na quarta-feira. O parlamentar disse ter representado o Senado na solenidade alusiva à Batalha do Riachuelo e ao Dia da Marinha.

O senador afirmou que guardou da sua experiência no Exército a convicção de que a disciplina e o exercício árduo são bons formadores do caráter dos jovens. Para Mão Santa, a ausência desse rigor está entre as causas da violência.

– O que vivemos no Brasil não é civilização. São assaltos, desrespeito. De repente, o país se transformou numa barbárie. A mocidade era chamada a prestar o Serviço Militar. Aprendia disciplina, hierarquia, civismo, amor à pátria – observou, ao relatar a trajetória dos militares na vida política do país.



A ausência de rigor está entre as causas da violência, diz Mão Santa



Mozarildo: proprietários irão preservar mais se as terras forem legalizadas

Mozarildo defende regularização de terras da Amazônia

Não dá para pensar no desenvolvimento da Amazônia voltado para os seus mais de 25 milhões de habitantes sem a regularização fundiária da região, como propõe o governo, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Para o senador, a aprovação, pelo Congresso, de medida provisória que regulariza a posse de terra na Amazônia Legal (MP 458/09) não será nociva à preservação ambiental, conforme afirmam alguns ambientalistas.

– Pelo contrário. Com as terras legalizadas, os proprietários terão maior consciência em preservar a floresta.

Mozarildo fez os comentários após ler artigo de Merval Pereira publicado no jornal *O Globo* no qual o jornalista diz, tomando por base declarações do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, que a Amazônia tem sido até agora um “caos fundiário”.

Inácio contesta críticas a programa de biodiesel

Inácio Arruda (PCdoB-CE) rechaçou críticas publicadas pelo jornal *O Globo*, no domingo, a programa para produção de biodiesel com uso de mamona e outras oleaginosas no sertão do Ceará, assinalando o alcance socioeconômico da iniciativa.

– Insinuou-se até que a Agência Nacional de Petróleo [ANP] emitiu nota técnica afirmando que a mamona não tinha viabilidade para a produção de biodiesel. O jornal deveria ter ouvido também a Petrobras Biocombustível, a Secretaria de Agricultura do Ceará, a Embrapa, e os centros de micro e pequenos agricultores que estão reunidos nesse esforço – disse.

Ele admitiu que a produtividade do Ceará no programa (500 quilos por hectare) ainda é baixa, mas explicou que a causa do desempenho inferior ao de outras regiões são problemas no solo, que estão sendo corrigidos pela equipe técnica da Petrobras.



Inácio Arruda destaca participação de micro e pequenos agricultores do Ceará

Substitutivo de Augusto Botelho a projeto de Papaléo prevê até cinco anos de prisão para o comércio ilegal de esteroides ou peptídeos que promovem rápido aumento de massa muscular, mas também graves consequências para a saúde

Projeto que torna crime a venda ilegal de anabolizantes é aprovado na CCJ

NUMA INICIATIVA PARA coibir a venda ou o fornecimento ilegais de esteroides ou peptídeos anabolizantes – substâncias que, quando utilizadas para obter ganho rápido de massa muscular, causam inúmeros problemas e até morte – a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta que enquadra esse tipo de prática como crime. A pena aplicável será de reclusão, de dois a cinco anos, ficando ainda os infratores sujeitos ao pagamento de multa.

Pelo texto aprovado – substitutivo de Augusto Botelho (PT-RR) a projeto (PLS 124/05) de Papaléo Paes (PSDB-AP) –, a simples venda desses produtos de forma ilegal já basta para caracterizar crime. No entanto,

para não deixar brechas por onde possam escapar eventuais infratores, também estende a mesma pena – além das multas – para quem administrar tais medicamentos quando adquiridos de forma ilegal, ou para quem vender ou fornecer, para consumo humano, esteroides e anabolizantes originalmente destinados a uso veterinário.

Nos casos em que a venda ou o fornecimento forem feitos por rede de comércio legal e sem que o responsável tivesse a intenção de cometer crime (por exemplo, o farmacêutico que, por esquecimento ou falha no registro dos medicamentos, forneça esteroide legalmente prescrito por receita em que não conste o endereço do paciente), a proposta aprovada prevê pena

mais reduzida. Nessa hipótese, além de pagar multa, o infrator pode ficar detido por seis meses a dois anos.

A proposta vai agora a exame final em Plenário e, se aprovada, será encaminhada à Câmara. O texto acolhido pela CCJ foi o substitutivo, aprovado antes pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na CCJ, o relator foi Valter Pereira (PMDB-MS), designado substituto de Romeu Tuma (PTB-SP).

Atrofias

Pela legislação vigente, o fornecimento e a venda de anabolizantes sem receita médica representam apenas infração às normas sanitárias, as quais não se aplicam ao comércio ilegal. Esses produtos também não

estão abrangidos pela definição legal de “drogas”.

No projeto original, as penas eram mais rígidas, com prisão de três a 15 anos, já que Papaléo visava equiparar o comércio ilegal de esteroides e anabolizantes, para efeito de nivelamento das penas, ao tráfico de entorpecentes.

No relatório preparado para a CAS, Augusto esclarece que os esteroides anabolizantes são hormônios naturais ou sintéticos que promovem o crescimento das fibras que constituem os músculos. Já os peptídeos são compostos de aminoácidos. Entre as consequências do abuso dessas substâncias para a saúde, estão o desenvolvimento de cânceres, doenças hepáticas e atrofia testicular.



A CCJ também acatou, na quarta-feira, projeto que destina a programas públicos os alimentos apreendidos em inspeção e que sejam adequados ao consumo humano

Inscrição gratuita em concurso para candidato carente

Desempregados e trabalhadores com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos podem ficar isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, segundo projeto aprovado na quarta-feira pela CCJ. A matéria (PEC 19/08) segue agora para análise do Plenário.

A proposta de emenda à Constituição, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), acrescenta dispositivo ao artigo 37 da Constituição, para prever a gratuidade. Um dos incisos desse artigo já obriga a realização de concurso público para seleção de candidatos a cargo ou emprego público, com exceção de escolha para cargo em comissão, que são de livre nomeação.

Ao justificar a necessidade do projeto, Paim explica que nem todos dispõem de recursos para pagar a inscrição. “Com isso, cria-se um pernicioso ciclo que afasta, mais e mais, as pessoas de menor condição financeira da disputa de cargos públicos, em todas as esferas federativas”, afirma.

O relatório, originalmente preparado pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), foi apresentado à Comissão de Justiça por Osmar Dias (PDT-PR). Confirmando o voto favorável à aprovação, Osmar Dias justificou que a proposta garante “efetividade” aos princípios da competitividade e da seletividade em concursos públicos, prestigiando pessoas de menor poder aquisitivo e permitindo a efetiva universalização dos processos seletivos.

Proposta destina ao combate à fome produto confiscado

Programas públicos de combate à fome devem receber prioridade na destinação de alimentos apreendidos pela inspeção sanitária e industrial quando, apesar das adulterações que motivarem o confisco, os gêneros apresentarem condições apropriadas ao consumo humano. A medida está prevista em projeto (PLC 81/04) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que visa estabelecer em lei orientação atualmente regulada por diversas portarias e instruções ministeriais que beneficiam o programa Fome Zero.

Pela proposta da ex-deputada Edna Macedo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento terá a responsabilidade de zelar para que a prioridade prevista seja cumprida.

O relatório – preparado por Wellington Salgado (PMDB-MG) e apresentado na CCJ por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) – identifica a existência de norma não revogada sobre o assunto. Segundo o Decreto-Lei 986/69, quando constatado que os alimentos estão em condições de consumo, os produtos deverão ser entregues a entidades beneficentes, de caridade ou filantrópicas, públicas ou privadas. Se transformado em lei, o projeto – que agora vai a exame em Plenário – se sobreporá a essa norma e, ainda, às portarias e instruções dos diversos órgãos de governo.

Direito autoral de dublador pode ser expresso em lei

O trabalho de dublagem pode ser inserido entre as atividades profissionais protegidas pela lei de direitos autorais. Projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inclui expressamente os dubladores na categoria de intérpretes ou executantes protegidos pela Lei 9.610/98 – em que estão enquadrados os atores, cantores, músicos e bailarinos.

O autor da proposta (PLC 35/03), o ex-deputado Bispo Wanderval, reconhece que os dubladores já se encontram enquadrados na lei, na parte em que esta considera que são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, tais como as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais.

Também considera que estão contemplados quando a lei define que é titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público. Mesmo assim, o então deputado afirma que, no Brasil, “quando o que se pretende não está expressamente previsto em lei, toda sorte de empecilhos é apresentada para o seu não cumprimento” e, por isso, defende a menção expressa do dublador.

O relator da matéria na CCJ foi Valter Pereira (PMDB-MS), em substituição ao senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que preparou a análise. Valter apresentou voto pela aprovação do projeto com uma emenda de técnica legislativa. Agora, o texto vai a exame final em Plenário.



Rosalba é relatora de projeto que cria um programa nacional para o setor

Rosalba defende prioridade para o ensino infantil

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu em Plenário prioridade para a educação infantil. Ela citou entrevista do prêmio Nobel de economia James Heckman publicada na revista *Veja* desta semana sobre a importância da educação infantil para o desenvolvimento do ser humano.

Rosalba prometeu contemplar essa prioridade na elaboração do relatório sobre o PLS 698/97, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A iniciativa cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei).



Proposta de Cristovam submete questão educacional ao colegiado

Educação pode ser tema do Conselho da República

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou em Plenário a apresentação de projeto de lei que inclui a educação como questão relevante a ser submetida ao Conselho da República.

– Espero que, com esse projeto virando lei, a gente venha a ter no futuro presidentes da República que, se não se comprometerem por si próprios, por sua vocação, por sua força interna a colocar a educação como um vetor fundamental do progresso, pelo menos por força da lei tenham de tomar algum tempo do seu dia para discutir esse assunto – disse o parlamentar.

Ao sugerir audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, Crivella observou que o reuso de água em jardins e vasos sanitários já é praticado com sucesso em diversos países



Em reunião da CCT, Efraim Morais (E), Eduardo Azeredo, Marco Maciel, Roberto Cavalcanti e Antonio Carlos Júnior

Comissão aprova debate sobre reutilização de água

A ADOÇÃO DE sistemas de reutilização de água da chuva e das pias de banheiros e cozinhas em jardins e vasos sanitários será discutida em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O debate, sugerido por Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado na quarta-feira. Segundo o parlamentar, o sistema de reuso de água já é aplicado com sucesso em vários países e vem sendo utilizado em algumas construções no Brasil.

– Essa audiência vai surpreender a todos. Parece que o Ministério Público está impondo ao

governo do Distrito Federal que o Setor Noroeste tenha obrigatoriamente esse processo de reuso das águas. Quem sabe a gente possa elaborar mandamento legislativo sobre essa matéria – explicou Crivella, ao se referir a área habitacional que está sendo instalada em Brasília.

EBC

A comissão também aprovou realização de audiência pública para que a presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Tereza Cruvinel, preste informações sobre as atividades da instituição.

No requerimento, o senador

Renato Casagrande (PSB-ES) explica ser importante que o colegiado obtenha informações sobre “a implantação do sistema de comunicação pública no país, as novas tecnologias para ampliar o alcance da TV, critérios de escolha da programação, investimentos em programas centrais e ainda acerca da integração com emissoras regionais e outras TVs públicas”.

Na mesma reunião, a Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou 46 projetos de decreto legislativo para a concessão de exploração de serviço de radiodifusão em diversas cidades brasileiras.

Regulamentação de esportes radicais e de aventura

Participantes de audiência pública realizada na quarta-feira na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) – à exceção do representante da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) – concordaram com a necessidade de regulamentar a prática de esportes radicais e de aventuras, visando reduzir o número de mortes em atividades como rapel, *bungee jump* e parapente. O objetivo do debate foi instruir projeto (PLS 403/05) do senador Efraim Morais (DEM-PB) sobre o assunto.

Os representantes dos atletas e o diretor do Departamento de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, André Arantes, sugeriram que a comissão acate texto da Resolução 18/07 daquela pasta, que diferencia esporte de aventura de esporte radical.

– Essa resolução adota um



Flávio Arns (E) preside debate sobre o assunto na Comissão de Educação

conceito abrangente de esporte de aventura e de esporte radical que não engessa as atividades – afirmou Arantes.

Conforme essa norma, o que diferencia as duas modalidades é o meio em que elas são praticadas. No esporte de aventura, a interação com a natureza se dá em um ambiente de incerteza em relação ao meio (não há controle sobre as condições físicas e ambientais), enquanto

o esporte radical se caracteriza por manobras arrojadas e controladas.

O presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns (PT-PR), solicitou ao ministério que apresente as conclusões de trabalho realizado pela Comissão Nacional de Esportes de Aventura, vinculada àquela pasta, para que sejam aproveitadas no aperfeiçoamento da proposta de Efraim Morais.

Adelmir elogia medidas do DF na área de saúde

Adelmir Santana (DEM-DF) comentou medidas adotadas pelo governo do Distrito Federal com o objetivo de melhorar o atendimento na área da saúde. Lembrou que o governador José Roberto Arruda tem recebido um elevado índice de aprovação nas pesquisas divulgadas pela imprensa. Ressaltou, contudo, que, no setor de saúde, os resultados não vinham sendo tão bons.

– Mas o governador, sensível e preocupado com esses índices de desaprovação, lançou um pacote de medidas, objetivando melhorar o atendimento e corresponder à expectativa que todos nós temos com relação ao seu governo – afirmou.



Adelmir afirma que o objetivo é atender à expectativa da população

Jefferson faz recomendações aos prefeitos

Jefferson Praia (PDT-AM) fez várias recomendações aos prefeitos que quiserem receber verbas do Orçamento federal para financiar obras em seus municípios. Lembrou que o Congresso começará a analisar a proposta orçamentária da União para 2010 logo no início do segundo semestre, oportunidade em que os prefeitos terão de agir.

O senador sugeriu que os interessados devem ter estudos prévios e projetos das obras, o que facilita a obtenção das emendas parlamentares. E lamentou o elevado número de obras inacabadas no país.



Jefferson: “São necessários projetos para obter emendas parlamentares”

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida por Geraldo Mesquita Júnior • Romeu Tuma • Marconi Perillo • Mão Santa • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Paim cobra votação de benefícios a aposentados



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) solicitou ao presidente da Câmara, Michel Temer, a votação do projeto que extingue o fator previdenciário (PL 3.299/08) e do que confere às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste aplicado ao salário-mínimo (PL 4.434/08). O senador lembrou que há acordo para que o Congresso vote em 8 de julho o veto a dispositivo incluído na medida provisória que reajustou, em 2006, o salário-mínimo em 16,67% e que determinava a aplicação do mesmo índice aos benefícios da Previdência Social. Paim ainda apelou à comissão interministerial que analisa o caso do Instituto Aerus para que decida em até 20 dias como ficam os benefícios devidos aos antigos funcionários da Varig.

Ideli: há "visível cartel" no setor de cartões de crédito



Ideli Salvatti

Os juros cobrados por cartões de crédito e que "penalizam tanto o consumidor quanto os estabelecimentos comerciais que usam esses serviços" foram criticados por Ideli Salvatti (PT-SC). Para a senadora, "no setor dominado por apenas duas bandeiras, Visa e Mastercard, o cartel é visível".

– Não é a taxa Selic que atormenta a vida do brasileiro. São os juros da vida real, cobrados pelo sistema financeiro e, principalmente, pelos cartões de crédito – protestou.

Ideli lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a realização de audiência pública, no dia 23, para examinar o assunto e apontar soluções legislativas que possam impedir a cartelização do setor.

Crivella defende pacto federativo independente

Apenas o Democratas ainda não indicou seus representantes na comissão especial interna do Senado que discutirá um novo pacto federativo para o Brasil, disse Marcelo Crivella (PRB-RJ). Logo que isso ocorra, informou o senador, será agendada uma reunião para a escolha do presidente e do relator e o início dos trabalhos.

– No Brasil, convivemos com uma situação que considero insustentável. Há confisco fiscal de enormes proporções e centralismo político. Se a União não abre mão de receitas e avoca para si o direito de regulamentar várias questões que poderiam ser delegadas aos estados, deixamos de ter um pacto federativo independente. Os entes subnacionais vivem uma situação inferior àquela que uma federação pressupõe – afirmou.

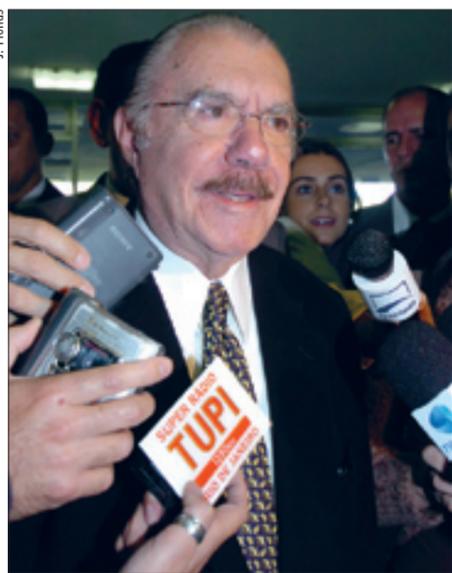
Centralismo fiscal

Segundo Crivella, muitas pessoas argumentam que as desigualdades regionais impõem um centralismo fiscal para que o governo possa distribuir recursos, de tal maneira que possa superar a pobreza.

Apesar de esse argumento ser considerado válido pelo senador, ele destacou que, por outro lado, também é fundamental que cada estado e município tenha condições de cumprir ao menos sua missão constitucional. A comissão especial, disse Crivella, vai buscar essa harmonia entre a distribuição de recursos e de investimentos entre todas as regiões e a capacidade de os municípios e os estados terem condições financeiras de tocarem seus projetos sem ficar a reboque do Executivo federal.

Sarney: boletins do Senado estão sendo publicados com transparência

Presidente do Senado diz que a informação de que havia boletins administrativos secretos é consequência do trabalho de comissão instituída pelo 1º secretário, Heráclito Fortes, para dar visibilidade à administração da Casa



Sarney: jornais divulgaram informação inexata

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, assegurou, na quarta-feira, que todos os boletins administrativos da Casa estão sendo publicados com absoluta transparência. Ele disse que a informação de que havia boletins administrativos secretos é consequência do trabalho da comissão que o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), nomeou para dar transparência à administração da Casa.

Ao noticiar que havia 300 atos secretos armazenados no Senado, o jornal *O Estado de S. Paulo* informou que, entre esses, estavam a nomeação e a exoneração

de um neto de Sarney, João Fernando Michels Gonçalves Sarney, que teria trabalhado no gabinete do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA). Sarney afirmou que esse ato de nomeação não foi secreto e que Cafeteira é livre para constituir seu gabinete como quiser.

– O que posso dizer é que os jornais hoje estão trabalhando sobre uma informação totalmente inexata de que teria sido nomeado um neto meu num boletim secreto. Está aqui o boletim, do dia 1º de fevereiro de 2007, publicado aqui no Senado – informou.

Sarney frisou sua preo-

cupação em administrar o Senado com transparência e em cumprir as normas que exigem a publicidade dos atos oficiais. Também sublinhou que não pediu a nomeação de João Fernando Michels Gonçalves Sarney a Cafeteira.

– Ninguém queria esconder nada. Estava lá, estava publicado. Não havia por que esconder. A nomeação de João Fernando foi feita quando o senador Cafeteira assumiu e constituiu seu gabinete. Pelas nossas normas, ele tem a prerrogativa de fazer seu gabinete e convidar quem ele quiser para ocupar os cargos em comissão.

Heráclito diz que Mesa diretora não tem compromisso com erro

"Eu não tenho, e nem a Mesa diretora do Senado tem, compromisso com o erro." A afirmação é do 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, ao explicar, na quarta-feira, que remonta a gestões anteriores a prática de assinar atos administrativos sem dar-lhes a publicidade oficial exigida pela Constituição. Heráclito disse que se encerra hoje o trabalho da comissão incumbida de averiguar essa

irregularidade.

– Não parece que são atos suplementares. Parece que são atos secretos e é com isso que queremos acabar. A partir de agora, acabamos com o boletim não publicado, porque isso fere a Constituição e uma casa legislativa tem que dar o exemplo. Nós não vamos conviver com isso e vamos ter todo o cuidado e rigidez no sentido de apurar e punir os culpados.



Heráclito: "Acabamos com o boletim não publicado, porque isso fere a Constituição"

Virgílio cobra investigação sobre supostos atos secretos

Durante a sessão plenária de quarta-feira, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) indagou à Mesa sobre a existência ou não de atos secretos, como boletins administrativos não publicados ocorridos no período em que Agaciel Maia foi diretor-geral do Senado. Ao comentar informações da imprensa sobre tais atos, o senador lembrou depoimento no qual o ex-diretor-geral negou a existência

da prática.

– Hoje fui surpreendido com matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* dando conta da existência de 300 boletins secretos com nomeações de funcionários. É forçoso dizer que ou o ex-diretor geral mentiu quando afirmou não conhecer atos secretos assinados durante sua gestão, ou o jornal mentiu e deve ser processado por difamação.



Virgílio destaca que ex-diretor negou a existência da prática, que jornal agora denuncia

Flexa Ribeiro celebra aprovação de Lei da Pesca



Flexa Ribeiro

O Brasil poderá se tornar, em médio prazo, o maior produtor de pescados do mundo, afirmou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao comemorar a aprovação, pela Câmara, do substitutivo do Senado ao projeto da nova Lei da Pesca. A proposta (PLC 687/95) define os objetivos para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e estabelece regras e proibições para a área.

O senador ainda questionou os critérios para a escolha dos 40 times de futebol participantes da Série D do Campeonato Brasileiro. Ele cobrou explicações da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), avaliando que "São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram beneficiados".

João Pedro elogia desempenho do país na crise

A condução da política macroeconômica do país desde o início da crise foi elogiada por João Pedro (PT-AM). Na opinião do senador, a retração de apenas 0,8% do produto interno bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano é uma prova de que o governo agiu da forma mais adequada. O parlamentar assinalou que o Chile teve uma retração econômica de 2,1% no mesmo período, enquanto o PIB do Japão caiu 9,1%, o da Alemanha, 6,9% e o da Rússia, 9,5%.

– O desempenho do Brasil foi o melhor dentro do contexto da crise. E sinto não só o presidente Lula, mas vários setores da nossa economia, com muito entusiasmo, com muito otimismo para enfrentar a crise – frisou.



João Pedro



Projetos devem dinamizar produção de álcool no Centro-Oeste, diz senador

Marconi Perillo cobra construção de alcoodutos

Marconi Perillo (PSDB-GO) cobrou do governo federal, na quarta-feira, a construção de alcoodutos na região Centro-Oeste, especialmente em Goiás, e a realização de obras em trevo do Distrito Agroindustrial de Anápolis. Segundo o parlamentar, os alcoodutos são essenciais para consolidar a produção de etanol na região. Ele citou em particular aqueles que ligam as cidades de Senador Canedo (GO) e Alto Taguari (MG) a Paulínia (SP).

– A produção de álcool em Goiás e em Mato Grosso já justifica a execução desses projetos. Um potencial enorme a ser explorado reclama, muito especialmente do governo federal, políticas fiscais mais favoráveis e maiores e melhores linhas de financiamento – afirmou.

Já para o Distrito Agroindustrial de Anápolis, Marconi solicitou obras em trevo na BR-060, de forma a ampliar capacidade de escoamento da produção.



Medida beneficia 109 municípios que sofreram com cheias, explica Raupp

Raupp: governo investe R\$ 4,7 bi contra enchentes

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou, na quarta-feira, o lançamento, pelo governo federal, de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para realização de obras em cidades atingidas por enchentes este ano. Ele explicou que serão destinados R\$ 4,7 bilhões para infraestrutura de drenagem em 109 municípios de 18 estados.

– Muitas críticas ocorreram, aqui no Senado, de que o governo não estava dando atenção aos estados e aos municípios atingidos pelas enchentes. E agora, está aqui a resposta: a destinação de R\$ 4,7 bilhões para esses investimentos – disse.

Raupp também comemorou a divulgação de recente estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) segundo o qual 97,6% das crianças e dos adolescentes brasileiros entre 7 e 14 anos estão nas escolas.

Embaixadores aprovados pela Comissão de Relações Exteriores explicam planos de reforçar atuação de empresas brasileiras na área de infraestrutura dos dois países

Brasil participa de obras em Honduras e na Argélia

O ESTÍMULO À participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura foi anunciado pelos embaixadores designados para Honduras, Mario da Graça Roiter, e Argélia, Henrique da Silveira Sardinha Pinto. As mensagens presidenciais contendo as indicações dos dois diplomatas receberam na quarta-feira parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo anunciou Roiter, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá financiar a construção, pela empresa brasileira Odebrecht, de uma usina hidrelétrica que produzirá 260 megawatts em Honduras. Atualmente, como relatou o embaixador, aproximadamente metade da energia elétrica produzida no país da América Central provém de usinas térmicas.

A dependência de petróleo importado até para a geração de eletricidade, informou, levou o governo hondurenho a se aproximar da Venezuela e a aderir à Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba). Ao mesmo tempo, porém, tem se intensificado o relacionamento bilateral com o Brasil, priorizando a cooperação técnica em setores como produção de



Na CRE: Sardinha Pinto (E), Eduardo Azeredo, presidente da comissão, e Roiter

biocombustíveis, saúde pública e gerenciamento de recursos hídricos.

– Em troca, recebemos o apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – disse Roiter.

O indicado ao cargo de embaixador em Argel afirmou que a Argélia está entre as prioridades da política externa brasileira na África. Sardinha Pinto lembrou que o presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, copresidiu – ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – a primeira reunião de cúpula entre países árabes e nações da América do Sul, realizada em Brasília em 2005.

Apesar da aproximação política, o comércio bilateral ainda é bastante deficitário para o Brasil. Em 2008, as trocas alcançaram US\$ 3,1 bilhões, como informou o embaixador. E o déficit brasileiro foi de US\$ 1,8 bilhão. O Brasil exporta principalmente açúcar e carne e importa petróleo e derivados.

Para compensar o déficit, o governo brasileiro tem demonstrado interesse pelo plano de desenvolvimento recentemente anunciado pela Argélia. Empresas brasileiras, informou o embaixador, já receberam encomendas de obras de construção de gasodutos, aterros sanitários e viadutos.

Venezuela no Mercosul: CRE continuará debates

Os debates ocorridos durante as três audiências públicas promovidas até o momento a respeito do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul foram elogiados pelos senadores que participaram da reunião de quarta-feira da Comissão de Relações Exteriores.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou a boa condução das audiências pelo presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Em sua opinião, os debates estão “cada vez mais objetivos e cada vez menos ideológicos”. Ele disse esperar que as discussões levem o Senado a adotar uma “sábia decisão” a respeito do ingresso da Vene-

zuela, que foi discutido durante cinco horas no último encontro, realizado terça-feira.

Ao anunciar sua posição “francamente favorável” à aprovação do protocolo de adesão da Venezuela, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) também saudou a “serenidade” dos debates. Uma nova audiência foi sugerida por ele e por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que pedem que sejam convidados o governador do Amazonas, Eduardo Braga; o embaixador da Guiana no Brasil, Harry Narine Nawbatt; e o ex-governador de Roraima Neudo Campos, atualmente deputado federal.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) e

Cristovam Buarque (PDT-DF) também apoiaram a realização dos debates como forma de sanar dúvidas a respeito do pedido de adesão da Venezuela. Cristovam disse que não se deve confundir a Venezuela com o seu atual governo. Ele defendeu ainda o ingresso no Mercosul de outros países, como a Colômbia.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que se olhe para a Venezuela “para além” do governo Hugo Chávez. O senador relatou ainda ter recomendado ao embaixador brasileiro em Caracas, Antônio José Ferreira Simões, que solicite a Chávez que “transmita aos brasileiros uma palavra” sobre o tema.

Crivella pede que caso Sean seja julgado em todas as instâncias

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ocupou a tribuna na quarta-feira para pedir que a decisão sobre a permanência do menino Sean Goldeman, de 9 anos, com a família brasileira ou sua entrega ao pai americano, que vive nos Estados Unidos, seja julgada em todas as instâncias judiciais. Falando em nome da bancada de senadores do Rio de Janeiro, Crivella lembrou que seu colega Francisco Dornelles (PP-RJ) entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido.

– O interesse da criança é

fundamental neste caso. Aliás, isso está previsto em acordo internacional do qual o Brasil é signatário, a Convenção de Haia – afirmou Crivella.

O senador se pronunciou antes de o STF ter rejeitado, no mesmo dia, ação do Partido Popular para evitar que o menino fosse entregue ao pai americano, cassando liminar concedida na semana passada pelo ministro Marco Aurélio de Mello. Sean, filho de brasileira falecida no ano passado, reside no Brasil há cinco anos. Atualmente, ele mora no Rio



Senador lembra que Convenção de Haia garante interesse da criança

de Janeiro com os avós paternos e o padrasto, que disputa a guarda com o pai biológico, o americano David Goldman. A entrega do menino ao pai havia sido autorizada pela 16ª Vara Federal do Rio.

TV Senado explica como será eleição para o Parlasul

Nas eleições de 2010, os brasileiros devem escolher 37 parlamentares que representarão o Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul). O programa *Diplomacia*, da TV Senado, debaterá neste fim de semana a regulamentação do processo eleitoral para a escolha desses representantes.

O *Diplomacia* vai apresentar também entrevista com o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, sobre a articulação entre Brasil, Rússia, Índia e China, países que compõem o chamado Bric, grupo de grandes economias emergentes.

O programa ainda analisará a participação política feminina na América Latina, a adoção do guarani como uma das línguas oficiais do Mercosul e a obrigatoriedade do uso de bafômetros nas fronteiras do bloco. O *Diplomacia* vai ao ar neste sábado às 2h30, 11h30 e 22h30; e no domingo às 9h e 17h.

Já o programa *Agenda Econômica* entrevista o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Arthur Badin, que prevê que o Brasil ganhará um dos melhores sistemas de defesa econômica do mundo se for aprovado projeto em tramitação do Senado sobre a completa reformulação do setor. O *Agenda Econômica* será exibido no sábado às 16h30 e 21h30; e no domingo às 2h30, 11h30 e 22h.

Portal LexML é premiado por serviço ao cidadão

O portal LexML Brasil, iniciativa do Senado Federal e da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControl), foi o vencedor, na categoria “administração pública eficiente e eficaz – aplicações voltadas para o cidadão”, do Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública. A iniciativa também foi laureada com o Prêmio Francisco Romeu Landi, como destaque do ano, oferecido pelo Comitê Gestor da Internet, o que habilitou o projeto a participar da Conferência Internacional de Governo Eletrônico, o Congresso DEXA 2009, principal evento do gênero no mundo e que ocorrerá em agosto, na Áustria.

O LexML é a mais completa ferramenta já criada para facilitar à população o acesso, pela internet, a leis e interpretações a elas dadas pelos tribunais – as chamadas jurisprudências –, além de uma série de outros documentos legais de municípios, estados e União. Foi idealizado há nove anos, mas somente agora o avanço tecnológico permitiu sua construção.

Desde dezembro de 2008, o portal (www.lexml.gov.br) está no ar em caráter experimental. A cerimônia de lançamento ocorrerá no dia 30, no Auditório Interlegis, no Senado. A partir dessa data, o portal passará a oferecer livre acesso a mais de 1 milhão de documentos.